

A REVOLTA COMO DIVERSÃO E A DIVERSÃO COMO PRÁTICA POLÍTICA: ALAGOA DO MONTEIRO EM CENA.

Giulianne Chrishina Barros dos ANJOS.
(PPGH/UFCG)

Tendo como objeto de estudo a revolta política liderada por Augusto Santa Cruz, ambientada em Alagoa do Monteiro/PB em idos de 1911, objetivamos neste trabalho analisar esta revolta, partindo da premissa de que ela foi caracterizada por práticas e enunciados políticos envoltos por sátiras e dramas, por aspectos que nos remetem a encenações teatrais, a uma política um tanto quanto de espetáculo e de diversão. Neste texto, centramos nossa análise a partir do enfoque nas ações dos homens que compunham o chamado “bando” de Santa Cruz, o que nos leva a perceber que o cotidiano destes homens, em meio ao desenrolar da revolta na cidade, permaneceu permeado por práticas comuns do seu dia-a-dia, algo que lhes possibilitou transformar a revolta em uma diversão, ao mesmo tempo em que a diversão era uma prática política.

Percebemos que o movimento armado que Santa Cruz empreendeu, em contraposição ao governo do estado da Paraíba, foi permeado por diversas representações ao longo de sua duração. Estas representações advinham do próprio Santa Cruz, de seus aliados e de seus inimigos políticos, sendo que foram reelaboradas paulatinamente, na medida em que novos fatos iam acontecendo, e que ao mesmo tempo novos objetivos eram almejados.

Em meio ao desprestígio político, Augusto Santa Cruz se revoltou contra a oligarquia alvarista, na medida em que vinha sofrendo acusações de ser mandante de assassinatos e de conflitos na sua região, além dos constantes estragos que vinham sendo feitos as suas propriedades pela força policial que dizia perseguir cangaceiros. Estes fatos, culminando com o total apoio do governo do estado ao seu rival local, Pedro Bezerra, levaram Santa Cruz a decidir-se por um enfrentamento armado com a polícia paraibana.

Ainda em 1911, Santa Cruz invadira a sede do município de Alagoa de Monteiro, prendera as maiores autoridades, como o prefeito, o promotor e outros coronéis poderosos na tentativa de convulsionar o estado e provocar a intervenção federal, mas é marcante neste acontecimento a alta importância conferida à prisão de um de seus

“cabras”, ao fato de que tinha sido traído, pois Santa Cruz, após ter tido a palavra do juiz da cidade que não prenderia o tal cabra, havia convencido Peba (o tal cabra) a se apresentar à delegacia, não esperando, no entanto, que este ficasse preso, como ocorreu.

A partir dessa prisão, Santa Cruz é constantemente provocado pelas autoridades locais, que diziam que se ele fosse soltar o “cabra”, ficaria também preso, ameaças que visavam deixá-lo fora da política do município. Era intenção de Santa Cruz se submeter a júri, mas diante da situação que se instalou, na qual a sua moral vinha sendo abalada, amargando ainda o gosto de uma traição, coisa extremamente grave em uma sociedade pautada pelo valor da palavra empenhada, ele decidiu-se por revidar a traição, por vingar a sua honra, invadindo, assim, Alagoa do Monteiro.

Todos os fatos que daí se desenrolaram, prisões, conflitos com a polícia, passando pela fuga para o Ceará e pela proteção de Pe. Cícero, culminando na volta de 1912 e na invasão de várias cidades paraibanas, são marcados pelo desejo de se contrapor aos mandos e desmandos da oligarquia que governava a Paraíba, podendo então dizer que se constituía assim esse movimento em uma revolta no interior do sistema oligárquico, uma vez que Santa Cruz era um líder político, um coronel, que vinha sendo desprestigiado pela oligarquia estadual e que estaria tentando retomar seu prestígio político.

O jornal *A União* trazia durante o conflito quase diariamente notícias sobre os acontecimentos ocorridos em Alagoa do Monteiro, este jornal se constituía como um “Órgão do Partido Republicano”, ou seja, do partido situacionista, do alvarismo. Já o jornal *Estado da Parahyba* era o jornal da oposição, do Partido Democrata que tinha como fundador e presidente Francisco Alves de Lima Filho. Na edição de 14/06/1911, o jornal traz que

As sombras trágicas que ora os situacionistas projectam sobre a bandeira revolucionária do Dr. Augusto Santa Cruz e seus companheiros de reacção contra o despotismo da oligarchia Paraybana, teem a mesma espessura, o mesmo peso e a mesma instabilidade da lama sobre que nossos contendores levantam castellos de nuvens para sua defesa... (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 1911, p. 1)

Diante do exposto, o jornal o *Estado da Parahyba* ao tratar o conflito de 1911 como um ato revolucionário em busca da moral republicana perdida devido à presença nefasta das oligarquias, sendo Augusto Santa Cruz dia após dia denominado em suas matérias como um chefe revolucionário, nos leva a compreender que esse primeiro momento do movimento já se firmava no ideário das salvaçãoes hermistas, isto no nível das construções discursivas da oposição paraibana, não tanto no de Santa Cruz.

A opinião do jornal *A União* sobre o motivo da eclosão do conflito pode ser resumida no seguinte

A verdade ha de triumphar, como já vae acontecendo, mostrando a todos, à Parahyba, ao Paiz que o movel daquella grande calamidade foi a ambição de mando de um sanguinário, insuflado por políticos sem escrupulo e indignos da sociedade em que se acham e da civilização em que vivem. (sic) (A UNIÃO, 1911, p. 1)

Desta forma, para o jornal estatal a invasão à Alagoa do Monteiro, tratava-se da ânsia de Santa Cruz pelo poder, mas não apenas dela, pois era uma ânsia que havia sido alimentada por políticos sem escrupulo, mas quem seriam esses políticos? Acima de tudo, Lima Filho, opositor-mor ao alvarismo, e que era considerado o mentor intelectual dos feitos de Santa Cruz.

Voltemos agora nossa atenção para as citações feitas pelos jornais pesquisados a respeito dos cabras, dos homens que combateram ao lado de Augusto Santa Cruz. Vicente Preto ou Vicente do Areal, ou simplesmente negro Vicente – segundo Pedro Nunes, foi submetido a júri em 1913 e inocentado – que era o chefe do bando e a respeito do qual, Cristino Pimentel diz que *“Ha quem afirme ainda hoje que o negro Vicente não era dotado de maus distintos, tanto que alegam em sua defesa que algumas vezes interviu para evitar certas desgraças planejadas pelos seus subordinados”*. (PIMENTEL, 1953, p. 56)

Podemos citar, além de Vicente, como alguns dos principais homens do bando de Santa Cruz, os seguintes: os irmãos Antônio, Manoel e Felizardo Garcez, os quais eram bastante temidos na região; Severino de Tal, conhecido por Hino de Tal ou simplesmente seu Hino, depois de Vicente era o mais destacado no bando; Germano, “pessoa destacada no grupo de Santa Cruz, chegando a comandar o bando algumas vezes. Quando esteve no Juazeiro, fez amizades por lá, para onde se mudou e constituiu família, depois da derrota do bando em 1912”. (NUNES, 1997, p. 139) e por último Francisco Félix de da Silva.

É interessante nos utilizarmos aqui da entrevista concedida pelo padre Onofre ao jornal *A União*, em sua edição de 23 de maio de 1911, na qual ele, ao falar da estadia dos reféns e dos cabras na casa paroquial, diz que

...Em minha casa a lucta éra sem cessar.

Pouco se dormia. A noite os cabras organisavam côcos, gritavam, discursando para imitar o dr. promotor público, praticando, emfim, toda sorte de desrespeito, sempre audazes e imperiosos.

O commandante da guarda de minha casa era um tal Germano, parente de Santa Cruz e ex-sargento de Policia de Pernambuco. (sic) (A UNIÃO, 1911, p. 1)

Perguntado na mesma entrevista se a tropa de Santa Cruz era composta de homens afeitos a prática do crime, perigosos cangaceiros, o padre respondeu que

Em parte Santa Cruz tinha homens de muita coragem e perversidade, estando, porem, no meio delles, cabras que não eram criminosos. (...) Todos os cabras tinham lenços encarnados no peito, mantas a tiracollo, chapéos de couro, alpercatas, rifles, punhaes, pistolas, cartucheiras e saccos de balas e comida. (Idem)

A análise destes trechos nos transporta para o arquivo de significados, de símbolos, destes cabras. Dentre estes trechos nos chamou especial atenção o que o padre diz que os cabras realizavam cocos e imitavam o promotor, uma vez que através dele podemos compreender que esses homens, ao prenderem o prefeito, o promotor, os policiais, não só invertem os papéis entre as maiores autoridades e os considerados fora da lei. Mas que a situação de autoridade que os cabras de Santa Cruz estavam a exercer sobre as autoridades legalmente constituídas de Monteiro, explicitada na imitação, em tom de zombaria, do promotor discursando, pode ser significada como uma defesa, legítima para eles, dos seus valores, da sua compreensão sobre o conflito em que Santa Cruz se inseriu.

As ações dos homens do bando de Santa Cruz nesse espaço, consideradas por muitos como atos de selvageria, deixam-nos a possibilidade de alcançarmos a forma que estes homens encontraram para eles próprios terem a responsabilidade de julgarem os “crimes” das autoridades de Monteiro. Não importar se tudo não passou de simulação, até porque, como Natalie Zemon Davis nos chama a atenção, as ações populares no contexto das revoltas são marcadas por teatralizações. Desta forma, estes homens tornavam-se intérpretes do papel judicial, não havendo lugar para remorsos diante da violência que praticavam. Isto se daria, segundo Davis, pelo fato de que as multidões consideravam suas ações legítimas.

Além disso, o palco do conflito também poderia ser significado como um espaço de divertimento, pois as ações dos homens do bando de Santa Cruz nesse espaço, consideradas por muitos como atos de selvageria, deixam-nos a possibilidade de alcançarmos as astúcias destas pessoas que, mesmo estando incluídas no sistema oligárquico em posições não privilegiadas, nas margens, não rompem com ele, mas constroem a sua poética, a sua criação de significados. Trata-se aqui de *“exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersiva, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da ‘vigilância’.”* (CERTEAU, 1994, p. 41)

É, portanto, nos detendo em ações que poderiam passar como atos desprovidos de uma significação de maior importância, que percebemos que estes homens iam se aproveitando das ocasiões que iam acontecendo em suas vidas para, dentro das suas possibilidades e de seu imaginário, inverter mesmo que temporariamente determinadas situações. Assim, as práticas presentes na revolta consistiriam também em um prolongamento do seu ambiente de divertimento. Um divertimento que, neste caso específico, passa a ser vivenciado em conjunto com uma prática que também é política, pois concomitante ao dançar, os homens do bando de Santa Cruz exerciam a sua vivência política, ou seja, demonstravam em que acreditavam e como defendiam seus valores.

Em contraposição às formas de tratamento que o jornal *A União* utiliza com relação ao bando de cabras de Santa Cruz, entre as quais o chama de corja, quadrilha, o *Estado da Parahyba* o trata como parcela da população vítima de um governo despótico, como se percebe em matéria publicada no dia 13 de junho de 1911

... os acontecimentos d'Alagoa do Monteiro, senão teem o valor e os característicos de uma reacção social contra o despotismo da olygarchia que S. Exc. Preside, é, em todo caso, uma manifestação vehemente do desespero de uma parcela dos perseguidos, a quem o poder publico sobrecarrega de obrigações, sem garantir-lhes os direitos... (sic) (ESTADO DA PARAHYBA, 1911, p. 1)

E continua em sua edição de 17 de junho

Devemos ter em vista sempre que esses 400 homens não se emoltaram para o latrocínio, como quer fazer crer a olygarchia parahybana. O seu chefe é um ex-amigo da situação hostilizado ferozmente por elle, desde que se desligou do partido e deu provas de uma esmagadora supremacia eleitoral. (...) Já dissemos que Santa Cruz praticou actos de lamentável desvario. A inclemência dos adversários perturbou-o. A sua razão pôde ter passado por eclipses dolorosos. Dessa agitação, dessa loucura, os responsáveis são os políticos cruéis que tentaram empobrece-lo e infama-lo. A invasão de Alagoa do Monteiro, com seu o seu cortejo de violencias, foi o fruto de uma exaltação popular, de revolta manifesta contra os dominadores regionaes... (sic) (grifo nosso) (ESTADO DA PARAHYBA, 1911, p. 1)

O *Estado da Parahyba* situa a violência do bando em suas ações como uma manifestação da insatisfação com o governo que não era só do chefe, mas que partira realmente também de toda população insatisfeita. Desta forma, as pessoas que apoiaram a revolta liderada por Santa Cruz, na opinião deste jornal, eram as que tinham como entendimento que a política paraibana era dominada desde 1892, ano em que se instala a oligarquia alvarista, pelo “vandalismo político”.

De acordo com Pedro Nunes, em 1913, Santa Cruz se submeteu a júri, sendo absolvido por unanimidade. Após a absolvição, Augusto voltou a atuar como advogado

em Alagoa do Monteiro tal qual como era antes de todos os conflitos que liderou. Toda a pesquisa feita seja bibliográfica, seja documental, além de nos transportar para o universo de significados de um momento conturbado da história paraibana, nos mostrou as práticas presentes na vida cotidiana destes homens, que perpassavam para o desenrolar da revolta armada da qual participaram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Natalie Zemon Davis produziu uma história social que se relaciona ao fato de que *“o olhar anglo-saxão é mais imediato, intuitivo, e apreende primeiro o grupo por meio de seus traços específicos mais evidentes, aqueles suscetíveis de criar uma identidade, seja qual for a ordem a que pertencerem.”* (LEQUIN, p. 722) Daí a sensibilidade com que percebeu que os revoltosos que estudou estavam imbuídos da crença de que agiam em benefício da comunidade e com o consenso dessa comunidade, uma vez que todas as suas ações, mesmo as mais violentas, advinham das suas tradições, do seu cotidiano de forma geral.

A obra de Davis nos possibilita visualizar que no universo popular todas as ações estão coerentemente interligadas a partir do que constitui o seu sistema de valores, uma vez que entendemos que

no interior desse sistema é fortalecida ou enfraquecida a consciência que as pessoas tomam da comunidade, do estrato, da classe de que fazem parte, de sua distância com relação a outras classes, estratos ou comunidades, uma consciência mais ou menos clara, mas cujo desconhecimento reduziria o alcance de qualquer análise de uma classificação social e de sua dinâmica. (DUBY, 1988, p. 131)

Desta forma, estes trabalhos nos fornecem a possibilidade de buscar estudar o ativismo popular a partir da compreensão de que sua coerência imerge em manifestações ritualizadas, estas que não estão por isso fora do alcance de análise, mas que permitem na verdade perceber que os movimento populares são dotados de uma organização intrinsecamente ligada aos seus costumes mais cotidianos, possuindo objetivos claros a atingir, mesmo que muitas vezes não de forma instantânea à ocorrência de seus atos.

Percebemos, então, que mesmo aqueles que não são engajados politicamente, que não decodificam todo o processo político, se mantêm conscientes, atentos diante do que interfira nos seus valores, do que tente ir além, se sobrepor ao que implicitamente esteja concordado como prerrogativa íntima, subjetiva de uma coletividade. Este foi o caso dos homens que compunham o bando de Augusto Santa Cruz, os quais, acima de tudo, estavam atentos ao que lhes atingiam cotidianamente, no âmbito de suas famílias, do que afetasse sua auto-estima, os seus critérios de vida mais íntimos. Buscavam a manutenção da rede de relações que sempre os envolveram, com a qual eles se achavam incluídos em um contexto, na qual eles sabiam ter seu lugar, usando para isto as táticas cotidianas de resistências que cabem aos fracos sempre criar.

Cabe a nós, assim, buscarmos a sensibilidade necessária para identificarmos esses costumes, localizando sempre muito bem o lugar e o tempo, em que eles existiram, para podermos apreender o significado que possuíam seja no ativismo popular ou em qualquer outro aspecto da vida de uma comunidade.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994. Vol. 1.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Trad. Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. (Coleção Oficinas da História).

DUBY, Georges. História social e ideologias das sociedades. IN: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, (p. 130-145).

LEQUIN, Y. Social. IN: André Burguière (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Imago, (p. 717-724).

NUNES FILHO, Pedro. *Guerreiro Togado: fatos históricos de Alagoa do Monteiro*. Recife: Ed. Universitária/UFPE, 1997.

PIMENTEL, Cristino. *Pedaços da História da Paraíba*. Campina Grande/PB, 1953.

Jornais *A União* (1911) e *Estado da Parahyba* (1911).